

**A RESISTÊNCIA DAS MINORIAS  
LINGUÍSTICAS: MAKUXI MAIMU  
“*NOSSA LINGUA É NOSSA GENTE*”**

La Resistencia de las Minorias Linguisticas: Makuxi  
Maimu “*Nuestra Lengua es Nuestra Gente*”

Vanessa Sagica

A RESISTÊNCIA DAS MINORIAS LINGUÍSTICAS: MAKUXI MAIMU  
“NOSSA LINGUA É NOSSA GENTE”<sup>1</sup>

LA RESISTENCIA DE LAS MINORIAS LINGUISTICAS: MAKUXI  
MAIMU “NUESTRA LENGUA ES NUESTRA GENTE”

Vanessa Sagica<sup>2</sup>

**Resumo:** Os primeiros pesquisadores que tiveram contato com os indígenas, especificamente o povo Macuxi, os caracterizaram como um povo numeroso, guerreiro e arredo ao ensino de sua língua e resistente à cultura de seus colonizadores. Tendo que se sujeitar a situações de extrema exploração, gratuitamente, para poderem permanecer em seu território. Toda essa luta e resistência que o povo Macuxi passou nas terras que, atualmente, se encontra Roraima, estado do extremo norte do Brasil, contribuiu para que ele ainda seja considerado estatisticamente o maior povo indígena desse estado. Nesse sentido, este estudo, primeiramente, apresentará um breve panorama, quantitativo populacional, dos Macuxis e as regiões em que eles se encontram tanto no Brasil quanto fora do país, o seu contexto multilíngue a partir de seu tronco linguístico e, contribuições da Lei de cooficialização da Língua Macuxi na Região da Serra da Lua pertencente ao Município de Bonfim, para o ensino e aprendizagem de sua língua. Tendo quanto objetivo propor a ampliação e a aplicação dessa lei em diferentes espaços. A partir da epistemologia do sul global que incorpora o contexto multilíngue como um ato político ao propor uma ecologia dos saberes que inserem o ser na sociedade em sua plenitude.

**Palavras-chave:** Povo Macuxi 1. Línguas indígenas 2. Língua Macuxi 3. Políticas linguísticas 4. Epistemologia do Sul 5.

**Resumen:** Los primeros investigadores que hicieron contacto con los indígenas Macuxis los caracterizaron como un pueblo numeroso, guerrero y reacio a la enseñanza de su lengua y desobedientes a la cultura de los colonizadores. Tuvieron que someterse a situaciones de extrema exploración de manera gratuita para

---

**I** Frase de meu pai Ricardo de Paula Sagica – indígena macuxi da região do Kumu, da Guiana Inglesa que migrou para o Brasil na década de 70 – sobre a importância de preservarmos a nossa, porque ela representa um povo, o povo Macuxi.

<sup>2</sup> Doutoranda em Linguística (Pós-graduação em Linguística-UFSC) Área de concentração-Sociolinguística e Dialetoлогия/Linha de pesquisa: Política linguística, Mestre em Ciências da Linguagem -UNISUL/SC (2019), Graduada em Letras Espanhol/Português pela Universidade Federal de Roraima (2011), Especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Federal de Santa Catarina (2017). Membro do grupo de pesquisa "Estudos em artes" (GRUAS)" - UNISUL.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0624299047901737>

que pudieran permanecer en su territorio. Toda esa lucha y resistencia que el pueblo Macuxi pasó en las tierras que, actualmente se ubica Roraima, estado al extremo norte de Brasil, contribuyó para que aún sea considerado, estadísticamente, el mayor pueblo indígena de ese estado. En ese sentido, esta investigación, primeramente, presentará el cuantitativo de la población Macuxis, en la contemporaneidad, y las regiones en las que ellos se encuentran, tanto en Brasil como fuera del país, su contexto multilingüe a partir de su tronco lingüístico y, la importancia de la Ley de oficialización de la Lengua Indígena Macuxi en la Región indígena de Serra da Lua, ubicada en el Municipio de Bonfim, con el objetivo de proponer la ampliación de esa ley a los diferentes espacios públicos. A partir de la epistemología del sur, la que incluye el contexto multilingüe como un acto político al proponer una ecología de los saberes al añadir a los seres en la sociedad de manera integral valorando sus complejidades y singularidades.

**Palabras-clave:** Pueblo Macuxi 1. Lenguas indígenas 2. Lengua Macuxi 3. Políticas lingüísticas 4. Epistemología del Sur 5.

## Introdução

**N**o Brasil, todo o ensino e assistência é feita na sua língua oficial, a Língua Portuguesa (LP). Esse é um fato que, não leva em consideração a existência das 274 línguas faladas pelos 305 povos indígenas que, quanto povos, possuem suas complexidades socio, cultural e linguisticamente estruturadas entre si. Esse descaso é lamentável e, por isso é urgente que a sociedade reflita sobre como essa exclusão social, vem atingindo aos povos originários.

Essa situação excludente, se tona ainda mais latente quando o meu olhar, quanto pesquisadora, se cruza com a de indígena em contexto urbano, pois algumas cenas se tornam mais reais e concretas como por exemplo: presenciar indígenas falantes de línguas maternas (pais e familiares) serem excluídos de conversas, enganados, sofrer bullying por ter um acento fonético distinto e não saberem estruturar corretamente as frases em língua portuguesa, essas entre outras situações são vivenciadas pelos indígenas.

Infelizmente, essa é uma realidade que tem feito com que, contemporaneamente, alguns indígenas, a fim de proteger seus filhos dessa exclusão social, os enviam às escolas

para que eles aprendam a comunicar-se e a usar com precisão a língua da nação brasileira. E mesmo que, dentro de suas casas a língua indígena seja usada, insistem e relutam para que as crianças se comuniquem na língua oficial do país. Essa busca por respeito e inclusão social, tem feito com que muitas línguas indígenas, ou não sejam mais perpassadas de pais para seus filhos ou simplesmente deixem de existir.

Em meio a essa realidade de apagamento linguístico dos povos originários, surge a seguinte problemática: Como garantir, aos indígenas falantes e aos seus descendentes, a sobrevivência das suas línguas maternas ante um Estado que persiste em subvertê-las para que a sua se sobressaia?

Para discutir sobre essa problemática, será analisada a Língua Macuxi que se tornou cooficial em 2014, com o decreto da Lei Nº211 de 04 de dezembro de 2014, na região da Serra da Lua pertencente ao município do Bonfim-Roraima. Para tanto dividiu-se esse estudo em três partes, a primeira: *Makuusi: quem são e quantos vivem em Roraima?* Nesta, será apresentado trechos de registros dos primeiros contatos com o povo macuxi e o quantitativo populacional de seus respectivos falantes que ainda (re)existem, contemporaneamente, no estado de Roraima, após uma colonização que dizimou grande parcela desse povo, tendo como base o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Na sequência em *Makusi maimu: nossa língua nossa gente*, será apresentado como o contato com os chamados “civilizados” impactou e segue contribuindo para o apagamento gradual das práticas linguísticas realizadas em língua macuxi, bem como ressaltar a luta e resistência, desse povo, para defender a sobrevivência de sua língua materna e as contribuições a esse processo com a Lei de Cooficialização da Língua Macuxi sancionada pelo estado de Roraima em 2014.

Na terceira parte e última seção intitulada *A epistemologia do sul e o makuxi maimu: por uma política linguística* propõe-se, com base na epistemologia do sul de Souza Santos (1992) que, além de criticar a episteme eurocêntrica que desde tempo imemoriais

subverte as minorias para impor suas verdades, corrobora com novas perspectivas que valorizam o contexto multilíngue, em que se encontram os indígenas makuxi e, assim refletir sobre estratégias que fomentem ações, no âmbito das Políticas Linguísticas, que garantam aos falantes e descendentes das línguas minoritárias, como os da Língua Macuxi, terem seus direitos linguísticos garantidos e poderem ser atendidos em diferentes espaços públicos em sua língua materna.

Logo, espera-se com este estudo, além de contribuir com a epistemologia do sul global, ressaltar que são as práticas sociolinguísticas e culturais que fazem com que existam os códigos linguísticos e não ao contrário, não se pode pensar em realizar um estudo pensando apenas no registro e estruturação de uma dada língua sem levar em conta o seu contexto multilíngue, por tanto, é preciso que esse percurso científico seja traçado como um ato político que contextualize a resistência desses povos e corrobore para que essas minorias tenham seus direitos linguísticos resguardados.

### **Makuusi: quem são e quantos vivem em Roraima?**

Um dos primeiros registros de contato com os Macuxis, datam de 1738, na região da Guiana Inglesa e foram feitos por Nicholas Horstaman ao ser enviado pela Dutch West India Company “At that time the Macusis occupied the region north of the Kanuku Mountains and the Takutu River” (FARABEE, 1924, p. 13). Seguido pelo padre português, André Fernandes de Sousa de 1814, já em território brasileiro na região do atual estado de Roraima e, que listou, além do povo macuxi outros quatorze povos indígenas que viviam nas proximidades do Rio Branco, “fifteen Indian tribes living near that river ; Uapixána, Paraviana, Saporá, Uatarai, Paracoana, Caixana, Macuxi. Uayca, Porocoto, Atanayru, Uayuru. Tapicari, Chaperu, Atyai and Caripuna. (FARABEE, 1924, p. 13).

Com o avanço da colonização, os povos indígenas, para não se submeterem aos holandeses, espanhóis e portugueses, tentaram defender-se lutando, fugindo e acabaram por

se espalharem por diferentes lugares do atual território de Roraima, bem longe dos olhos de seus opressores. Em 1798, durante essa incessante fuga, esses indígenas se chocaram com as tropas do Tenente Leonardo José Ferreira, que tinham como missão reestabelecer a ordem na região do Rio Branco e “a batalha foi cruenta e os índios foram quase completamente dizimados (...). Depois dessa batalha a “ordem” voltou à região e os portugueses puderam pensar realisticamente na consolidação da conquista” (RORAIMA 1983, p. 21).

Alguns anos se passaram e o antropólogo Edson Soares Diniz publicou em “Os índios macuxis do Roraima” (1972), a presença dos indígenas Macuxis vivendo nos campos da Guiana e do Brasil, os mesmos lugares descritos nos primeiros registros. No Brasil, segundo este antropólogo, os macuxis distribuíram-se “pela planície e pelas montanhas na parte leste e nordeste do território Federal de Roraima” (DINIZ, 1972, p.49). Segundo ele

[...] apenas os Makuxi eram numerosos. Estes índios ainda constituem-se em uma das mais numerosas tribos em terras nacionais. Conseguiram transpor as diversas etapas do contato interétnico, mantendo certo equilíbrio populacional e, ao mesmo tempo um relativo conservadorismo sociocultural. (DINIZ, 1972, p.49).

Os macuxis além de serem o grupo indígena mais numeroso do Território de Roraima, “pelo que contam os velhos, formavam uma tribo forte, semi-nômade, que vivia caçando, plantando e guerreando.” (PIRA, 1987, não paginado). Essa força fez com que esse povo sobrevivesse a tanta opressão, e seguissem na luta, em defesa do seu direito de habitar seu próprio território.

Alguns desses relatos demonstram que os macuxis não renunciaram a esse direito territorial por, cosmologicamente, não poderem abandonar a sua região. Eles precisava guardar o lugar onde seus ancestrais haviam sido enterrados e onde todas as suas práticas sociais haviam sido feitas, ou seja, mesmo sofrendo perseguições, explorações e tanta

violência, muitos deles preferiram permanecer em seu solo ancestral. Tanta foi a luta e a resistência desse povo para guardar seu território que hoje ele é um dos maiores povos indígenas que, ainda, sobrevivem no Estado de Roraima.

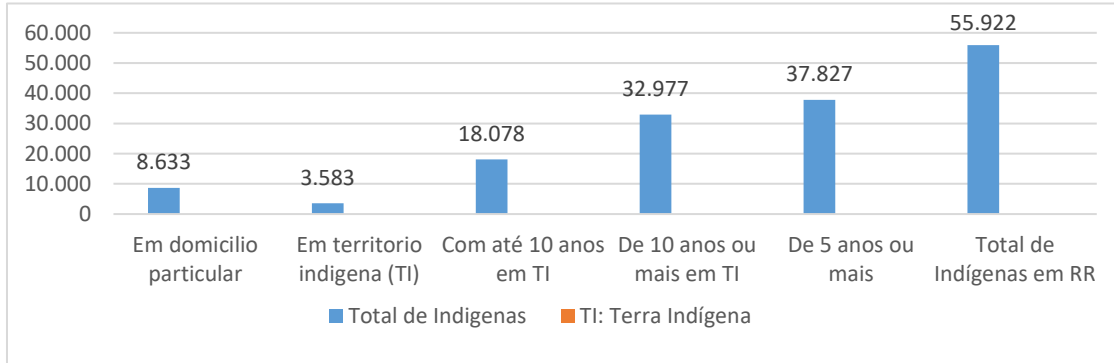
Na sequência, veremos um breve panorama desse quantitativo do povo indígena e algumas de suas características, segundo os dados obtidos no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para finalmente verificarmos o universo dos sobrevivente macuxis que ainda residem no Estado de Roraima

Segundo o IBGE (2010), no Estado de Roraima, em “Universo – características gerais dos indígenas”, encontramos nos subitens abaixo, os seguintes dados:

- *Domicílios particulares permanentes com pelo menos um morador indígena* 8.633 vivendo em terras indígenas, 3.583 vivendo fora das comunidades indígenas;
  - *Pessoas de até 10 anos de idade residentes nas terras indígenas* somam-se 18.078 indígenas;
  - *Pessoas de 10 anos ou mais residentes nas terras indígenas* somam-se 32.977 desses: 22.538 são alfabetizadas, 10.432.00 não são alfabetizadas, 7 não houve declaração;
  - *Pessoas indígenas de 5 anos ou mais de idade* soma-se 37.827.
- Sobre a questão da língua indígena, aparecem nos subitens abaixo os seguintes dados:
- *Condição de falar língua indígena no domicílio:* 18.889 falavam, 18.139 não falavam e 799 não declararam;
  - *Condição de falar língua português no domicílio:* 17.772 falavam e 367 não falavam. Em *População Residente* totalizou 55.922.

Com base nesses dados, elaborou-se os seguintes gráficos para uma melhor visualização do atual panorama da população indígena no Estado de Roraima.

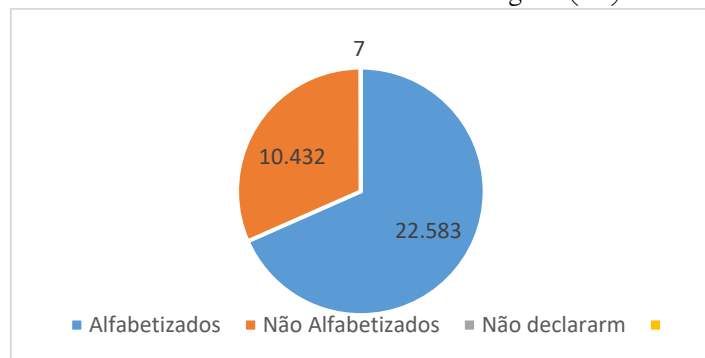
Gráfico I- Total de Indígenas em Roraima



Fonte: Dados obtidos no Portal IBGE

Das pessoas alfabetizadas foi possível observar os seguintes dados:

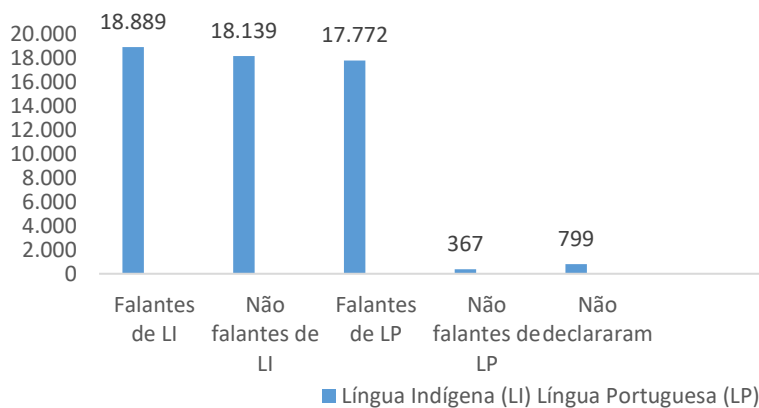
Gráfico 2 - Pessoas de 10 anos ou mais residentes em Terra Indígena (TI)



Fonte: Dados obtidos no Portal IBGE

Em relação aos falantes da língua indígena e dos que falavam a língua portuguesa obtivemos os seguintes dados:

Gráfico 3 - Pessoas indígenas de 5 anos ou mais de idade falantes e não falantes de língua indígena (LI) e/ou de língua portuguesa (LP):





Fonte: Dados obtidos no Portal IBGE

De acordo a este panorama, percebe-se que, em relação aos falantes de língua materna, do total dos 55.922 indígenas que residem no Estado de Roraima, somente 18.889 declararam falar a sua língua materna o que corresponde a pouco mais de 33%.

Em relação a esse total de indígenas residentes no estado de Roraima, 28.7453 declararam-se Macuxi, o que representa 51% desse universo populacional indígena de Roraima, que estão espalhados em diferentes Terras Indígenas do estado como: na Raposa Serra do Sol, na Comunidade São Marco e na região da Serra da Lua que é formada por nove Terras Indígenas. Dessa constatação, na próxima seção problematizaremos a respeito das barreiras enfrentadas por esses indígenas nos diferentes espaços públicos da sociedade, haja visto que eles correspondem somente à 6% da população do Estado de Roraima que atualmente conta com 450.479 pessoas (IBGE, 2010).

### **Makusi maimu: *nossa língua nossa gente***

(...) a violência é exercida através da proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, da adoção forçada de nomes cristãos, da conversão e destruição d símbolos e lugares de culto, e de todas as formas de discriminação cultural e racial.  
(SOUZA SANTOS, 2009, p. 29-30)

O povo Macuxi como visto anteriormente é catalogado, como um dos povos mais numerosos do estado de Roraima. Contudo, como todos os povos indígenas este foi, duramente, explorado pelos primeiros “civilizados” da região, principalmente por não ter se isolado do “contexto urbano” que se estabeleceu no centro de suas terras,

Um fato que desperta imediatamente a" atenção de qualquer observador é a exploração desumana do trabalho das crianças, rapazes e moças "macuxis", pela maioria dos habitantes do Território. Qualquer trabalho pesado é feito pelos

---

3 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/tr/pesquisa/23/47500> acessado em mai.21

pobres índios sem nenhuma remuneração ou assistência (DINIZ, 1972, p. 123 *in* SANTILLI, 1987, p. 431).

Além da exploração braçal, os macuxis passaram por diversas formas de civilização para serem inseridos na sociedade que se constituiu no território de Roraima. De acordo com Santilli (1987) os macuxis receberam nomes de batismo, tiveram que aprenderam a exercer suas funções sem reclamar, mas de forma grata, principalmente por lhes serem “confiadas”, tais funções. As crianças macuxis, eram escolhidas para serem inseridas no contexto escolar, com a justificativa de que seus pais poderiam continuar exercendo suas funções, assim além se tornarem “civilizadas” elas seriam produtivas à nação e garantiriam a segurança e a liberdade de sua família para que continuassem trabalhando e vivendo "muito necessária se torna a criação de escolas primárias nas zonas habitadas pelos silvícolas que se vão adaptando aos costumes da civilização (...) para tornai-os uteis ao engrandecimento da Pátria e ao bem da família". (Relatório SPI, 1927-Ofício nº 492 *in* SANTILLI, 1987, p. 443). Assim,

ao consentir a saída dos filhos pequenos, abria-se a perspectiva de novas relações para seus pais, seja pensando em termos de futuras aldeias, ou do futuro da aldeia, seja pela participação dos filhos e, portanto, dos próprios pais nas formas de sociabilidade dos "civilizados". Mais que entregar os filhos a estranhos, os índios convertiam-nos em afins em parentes. De fato, muitas crianças não regressariam jamais às aldeias como disse o mesmo autor, cresceriam "com seu "status" civilizado assumido. Seriam estes então os autênticos filho da criação. Autênticos filhos da Nação. (SANTILLI, 1987, p. 451. Grifo do autor).

Contudo, cabe ressaltar, para que não se corrobore com o imaginário que propaga os indígenas como seres ingênuos e medrosos ante toda exploração que sofreram que,

Os Makuxi, ao contrário, eram considerados, nessa época, arredios. Isolados, travavam guerras intensas, ou com outros povos indígenas que acabaram sendo incorporados (os Paravilhana) ou expulsos (os Arinagotos) da área que agora consideram sua. A relação com os brancos não era tranquila. Como escreve Coudreau: "Os Makuxi são mais rebeldes à disciplina da civilização. Não tem vontade de ensinar a própria língua aos brancos. Eles são insolentes e insubordinados." (Coudreau, 1887:400 *in* RORAIMA, 1989, p. 24).

O termo “arredio” apresenta a coragem dos indígenas, desde tempos antigos, em defesa da valorização de suas características e, como pode-se verificar, de sua língua. Na contemporaneidade, os estudos linguísticos em defesa das língua macuxi, segue sendo fundamental “para valorizar a cultura deste povo que luta para sobreviver, também fisicamente, perante a contínua invasão genocida da civilização ocidental” (PIRA, 1987, não paginado).

Em relação a este pressuposto, pode-se mencionar a implementação de políticas linguísticas, no município de Bonfim do Estado de Roraima, com a Lei Orgânica deste município que tornou cooficiais a Língua Macuxi e a wapichana, em 04 de dezembro de 2014, na região da Serra da Lua à qual engloba oito comunidade indígenas. De acordo com a referida lei, o status de língua cooficial obriga o município a:

Art.2º.

§1º- A prestar os serviços públicos básicos de atendimento ao público nas repartições públicas na língua oficial e nas duas línguas cooficiais;

§2º- A produzir a documentação pública, bem como as campanhas publicitárias institucionais na língua oficial e nas duas línguas

§3º- A incentivar e apoiar o aprendizado e o uso das línguas cooficiais nas escolas, comunidades e nos meios de comunicação.

Art.3º- São validas e eficazes todas as atuações administrativas feitas na língua oficial ou em qualquer das cooficiais.

Art. 4º- Em nenhum caso alguém pode ser discriminado por razão da língua oficial ou em qualquer da cooficial que use.

Art. 5º - As pessoas jurídicas devem ter também um corpo de tradutores no município, o estabelecido no caput do artigo anterior, sob pena da lei.

Art. 6º- o uso das demais línguas indígenas faladas no município será assegurada nas escolas indígenas, conforme a legislação.

Dada lei, garante oficialmente, ações importantíssimas para a valorização e resistência da língua makuxi. Posto que, assegura aos educadores o desenvolvimento de projetos e ações que envolvam suas dimensões linguísticas e as firmem no Projeto Político Pedagógico (PPP), de forma contextualizada aos eventos a serem realizados durante todo o calendário escolar e, não mais restrito a um período folclórico, imposto pela cultural colonial.

Além de oportunizar que outras instituições contribuam nesse em prol de seus direitos linguísticos, como o Programa de Valorização da Língua Macuxi e Wapichana, que fomenta a elaboração de materiais didáticos, formação de professores e da comunidade em geral com a oferta de cursos para o ensino e aprendizagem da língua macuxi, e o Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena que contribui para a formação de acadêmicos e profissionais que irão desempenhar suas atividades e/ou pesquisas em suas comunidades indígenas, ambos oferecido pela Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Todos esses programas têm contribuído de forma singular para essa resistência linguística. Contudo, é preciso que pesquisadores e profissionais que se ocupam da Língua Macuxi, estejam atentos a maneira como a tem colocado em cena. Uma vez que, muito mais que contextualizar os PPPs, os materiais didáticos, cursos e capacitações com as práticas de seus falantes, é necessário que se alcance o máximo possível desse povo respeitando a variedade linguística que há entre esse povo.

Dado que, como visto anteriormente, o povo macuxi está em diferentes lugares como a Guiana Inglesa, Venezuela e Brasil, logo ela é uma língua viva e possuiu variações como qualquer outra língua, sendo importante garantir que suas particularidades sejam resguardadas, para que não se faça uma nova colonização linguística com esse povo. Mas que, lhes seja garantido o que a lei prevê “a liberdade assegurada de realizar tratativas e práticas sociais em sua língua materna”.

### **A epistemologia do sul global e o makuxi maimu: por uma política linguística às línguas indígenas**

The image of Brazil, as a monolingual country with Portuguese as its official language, has already been naturalized among its citizens. This image still circulates widely, and predominantly in schools and in the media. The very construction of a national identity relies on the notion of ‘one nation, one language’ (BESSA, 2018, não paginado).

A epistemologia do sul global desvela e coloca em cena os olhares daqueles que por muito tempo estavam sendo pressionados a ficarem à margem da sociedade, não como um ato salvacionistas, mas como um ato político que apresenta às minorias quanto potência. Uma vez que as vozes dessas minoritárias, neste caso às indígenas, ainda estão sob a tutela dos seus colonizadores que insistem em subverter a realidade cognitiva desse seres, apresentando-os à sociedade como aqueles que não sabem expressar o que querem e/ou o que são e por isso devem permanecer como seus dependentes.

No Brasil essa tutela vem sendo executada desde 1967, pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, está vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Dentre outras atribuições, segundo o estatuto da FUNAI, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 março de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 24 de março de 2017, ela tem por finalidade:

- I - proteger e promover os direitos dos povos indígenas, em nome da União;
- II - formular, coordenar, articular, monitorar e garantir o cumprimento da política indigenista do Estado brasileiro, baseada nos seguintes princípios:
  - a) reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas;

Desde então como, à essa instituição, lhe foi concedida o direito de ser o representante legal dos indígenas brasileiros, mas o que se percebe é que ao longo dos anos ao invés de promover ações que garantam aos indígenas a sua autonomia, eles seguem dependentes do acompanhamento e/ou aprovação de suas ações por essa instituição. Essa dependência se torna ainda mais latente quando linguisticamente o indígena não possui o domínio da língua oficial do Brasil, o que faz com que necessite que esses representantes oficiais sejam solicitados.

Sugere-se que essa realidade de dependência e/ ou tutela linguística, seja eliminada, para que os indígenas tenham autonomia para realizarem sua interação social em/ou na sua línguas indígena ou da maneira que lhes for mais viável. Contudo, é preciso garantir que essas práticas linguísticas no contexto multilíngue em que os indígenas se encontram, sejam tratadas no âmbito das Políticas Linguísticas, a fim de resguardar as complexidades linguísticas que os constituem e assim serem, verdadeiramente, incluídos nos diferentes espaços da sociedade. Uma vez que

As línguas indígenas diferem entre si e se distinguem das línguas europeias e demais línguas do mundo no conjunto de sons de que se servem (fonética) e nas regras pelas quais combinam esses sons (fonologia), nas regras de formação e variação das palavras (morfologia) e de associação destas na constituição das frases (sintaxe), assim como na maneira como refletem em seu vocabulário e em suas categorias gramaticais um recorte do mundo real e imaginário (semântica). (RODRIGUES, 1986, p.23)

Compreender que as línguas indígenas são distintas entre si é perceber que elas serão, ainda mais distintas das línguas da sociedade hegemônica. Vejamos abaixo na Tabela o tronco linguístico da família Karib a qual pertence a Língua Macuxi:

Tabela I – Línguas Indígenas do Tronco Linguístico Karib Setentrional

Tronco Linguístico	Línguas Indígenas	Qtde. População (fonte)	Localização
	Aparai	514 (Siasi/Sesai, 2014) 40 (Eliane Camargo, 2011) 10 (Eliane Camargo, 2011)	Brasil (Pará) Guiana Francesa Suriname
	Arara	377 (Siasi/Sesai, 2014)	Brasil (Pará)
	Bakairi	982 (Siasi/Sesai, 2014)	Brasil (Mato Grosso)
	Galibi do Oiapoque	88 (Siasi/Sesai, 2014)	Brasil (Amapá)
		3000 (OkaMag, 2002) 3000 (OkaMag, 2002) 33824 (XIV Censo Nacional de Poblacion y Viviendas, 2011)	Guiana Francesa Suriname Venezuela

Karib	Hixkaryana	1242 (Siasi/Sesai, 2014)	Brasil (Pará/ Amazonas)
	Ikpeng	477 (Siasi/Sesai, 2014)	Brasil (Mato Grosso)
	Ingarikó	1728 (Coping, 2020) 4000 (Coping, 1990) 728 (Coping, 1992)	Brasil (Roraima) Guiana Venezuela
	Kalapalo	669 (Siasi/Sesai, 2014)	Brasil (Mato Grosso)
	Katuenayana	140 (Siasi/Sesai, 2014)	Brasil (Amazonas/Pará)
	Katxuyana	382 (Siasi/Sesai, 2014)	Brasil (Amazonas/Pará)
	Kuikuro	653 (Siasi/Sesai, 2014)	Brasil (Mato Grosso)
	Macuxi	33603 (Siasi/Sesai, 2014) 9500 (Guiana, 2001) 89 (XIV Censo Nacional de Poblacion y Viviendas, 2011)	Brasil (Roraima) Guiana Venezuela
	Matipu	157 (Siasi/Sesai, 2014)	Brasil (Mato Grosso)
	Nahukuá	143 (Siasi/Sesai, 2014)	Brasil (Mato Grosso)
	Naruvotu	81 (Siasi/Sesai, 2014)	Brasil (Mato Grosso)
	Patamona	198 (Siasi/Sesai, 2014) 5500 (Guiana, 1990)	Brasil (Roraima) Guiana
	Taurepang	792 (Siasi/Sesai, 2014) 27157 (INE, 2001)	Brasil (Roraima) Venezuela
	Tiriyó	1715 (Siasi/Sesai, 2014) 1845 (Ellen-Rose Kambel, 2006)	Brasil (Pará) Suriname
	Tunayana	107 (IBGE, 2010)	Brasil (Pará/ Amazonas)
	Waimiri Atroari	2009 (PWA, 2018)	Brasil (Roraima/ Amazonas)
	Waiwai	2502 (Siasi/Sesai, 2014) 170 (Weparu Alemán, 2006)	Brasil (Pará/ Amazonas/Roraima) Guiana
	Wayana	329 (Siasi/Sesai, 2014)	Brasil (Pará)

		800 (Lopes, 2002)	Guiana Francesa
		500 (Lopes, 2002)	Suriname
	Ye'kwana	615(Siasi/Sesai, 2014)	Brasil (Roraima)
		7997 (INE, 2011)	Venezuela

Fonte: Portal Povos Indígenas no Brasil<sup>4</sup>

Diante do exposto, percebe-se o imenso contexto multilíngue em que se encontra a Língua Macuxi, negar-lhes o direito de preservar suas complexidades linguísticas subvertendo-as a uma única perspectiva linguística sugerida pela sociedade hegemônica ao impor a Língua Portuguesa brasileira, é um ato violento a essa população. Uma vez que a “negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para que a outra parte da humanidade se afirme enquanto universal” (SOUZA SANTOS, 2009, p, 31).

De acordo a essa perspectiva dada por Boaventura de Souza Santos (2009), percebe-se que o pensamento negacionista colonial que se impõe aos grupos minoritários segue operando em linhas abissais e representam um modelo de exclusão radical que permanece no “pensamento e praticas modernas ocidentais tal como aconteceu no ciclo colonial” (SOUZA SANTOS, 2009, p, 31). E que portanto “a luta pela justiça social global deve, por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva global.”. (SOUZA SANTOS, 2009, p, 32).

Essa concepção de luta por uma justiça social que englobe as especificidades das minorias, justificam uma epistemologia do Sul, que dentre outros fatores, sugere

[...]uma descontinuidade radical com o projeto moderno de epistemologia e uma reconstrução da reflexão sobre os saberes que, (...) torna reconhecíveis os limites das críticas da epistemologia tal como elas têm emergido num quadro ainda condicionado pela ciencia moderna como referência para a crítica de

<sup>4</sup> Disponível em: << [https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina\\_principal](https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal)>> acessado em 25.mai de 21.



todos os saberes. (NUNES, *in* SANTOS SOUZA & MENESES, 2009 p. 217)

Além de abrir caminhos para que possamos pensar novas perspectivas metodológicas para o ensino e aprendizagens das línguas maternas e assim sejam inseridas no contexto educacional indígena para a valorização, primeiramente de suas práticas sociais ao invés do estruturalismo que foca no código linguístico.

## **Conclusão**

De acordo com este estudo, vimos que muitos povos indígenas foram friamente dizimados de seus territórios, outros obrigados a viverem isolados para defender suas famílias e outros foram duramente explorados por escolherem não abandonar as suas terras, pois acreditavam que precisavam cuidar daquele território sagrado, onde muitos dos seus antepassados haviam sido enterrados, além de ser o local onde viviam e realizavam suas práticas socioculturais muito antes da invasão pelos colonizadores. No território de Roraima há muitos povos indígenas que ainda sobrevivem, os Macuxis, contemporaneamente, seguem representando um dos maiores povos indígenas desse estado.

Sabe-se que muito precisa ser feito para honrar os primeiros macuxis, aqueles chamados de arredios e que não desistiram de suas terras e defenderam a sua língua do domínio colonial que os queria “civilizar”. Contudo, é preciso levar em consideração que a lei de cooficialização da Língua Makuxi é uma realidade legal que – mesmo que restrita a uma única região e que a grande maioria dos indígenas não falem a sua língua originária – representa um ato de resistência desse povo, uma vez que projetos, metodologias e ações sociais podem ser implementados em sua língua e seguir na busca por meio de políticas

linguísticas que garanta a ampliação dessa lei de cooficialização a outros municípios e espaços públicos. Dado que confere ao povo macuxi uma autonomia linguística negada, por séculos, pela sociedade dominante.

Essa autonomia linguística é uma conquista política que precisa ser alcançada e ampliada para muitos outros povos, para que não precisem mais estar sob a tutela da União, mas ter a garantia de requerer por si mesmos seus direitos sendo respeitados seu contexto multilíngue.

## Referências

BESSA FREIRE, José Ribamar. Changing Policies and Language Ideologies With Regard to Indigenous Languages in Brazil *in* Multilingual Brazil: Language resources, identities and ideologies in a globalized world, Routledge, 2018.

DINIZ, Edson Soares. Os índios makuxi do Roraima: sua instalação na sociedade nacional. Coleção teses N°9, Marília, 1972.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2010.

FARABE, William Curtis. The central Caribs. University Museum. Philadelphia, 1924.

NUNES, João Arrsicado. O Resgate da epistemologia in SOUSA SANTOS, Boaventura & MENESES, Maria Paula (Orgs). Epistemologias do sul, 2009.

PIRA, Vicente. Makusi maimu: Notas Gramaticais da Língua Macuxi. Roraima, 1979. Disponível em: <<<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/makusi-maimu-notas-gramaticais-da-lingua-macuxi>>> acesso em: 12 de mai. de 21.

RODRIGUES, Ayrton Dall'Igna. Línguas brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas. Edições Loyola, São Paulo, 1986.

RORAIMA, Centro de informação Diocese de. Índios de Roraima: Makuxí, Taurepang, Ingarikó, Wapixana. Centro de informação Diocese de Roraima. Roraima, 1989.

RORAIMA. Lei N°211 de 04 de dezembro de 2014, de Co-oficialização das Língua Macuxi e a Wapichana, no município de Bonfim/Estado de Roraima/ Região da Serra da Lua.

SANTILLI, Paulo. Os filhos da nação. Revista de Antropologia, Volumes 30/31/32, 1987/88/89, São Paulo, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.